

Redes do imperialismo na agenda do combate à desinformação

Afonso Albuquerque

Professor titular do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Fluminense. Pesquisador I-B do CNPq e Pesquisador do Nosso Estado/Faperj. Coordenador do INCT-DSI (Disputas e Soberanias Informacionais).

E-mail: afonsoalbuquerque@id.uff.br

Resumo: Em menos de uma década, um novo paradigma, que sustentava que o mundo passava por uma “desordem informacional”, tomou de assalto o debate acadêmico internacional. Este artigo explora a hipótese de que a emergência desse novo paradigma foi patrocinada por forças externas ao campo acadêmico e busca investigar que forças foram essas, de que modo elas atuaram e quais os seus objetivos. O artigo sustenta que a expansão do paradigma da desordem informacional constitui um processo de imperialismo intelectual cujo propósito maior é dotar instituições sediadas nos Estados Unidos e seus aliados de autoridade global para definir o que é ou não desinformação.

Palavras-Chave: desordem informacional; imperialismo intelectual; paradigmas de políticas; Estados Unidos da América.

Abstract: In less than a decade, a new paradigm, which argued that the world was experiencing an “information disorder”, took the international academic debate by storm. This study explores the hypothesis that forces outside academia sponsored the emergence of this new paradigm and seeks to investigate what were these forces, how they acted, and what their objectives were. This study argues that the expansion of the information disorder paradigm constitutes a process of intellectual imperialism that mainly aims to provide institutions based in the United States and its allies with the global authority to define what is or is not disinformation.

Keywords: informational disorder, intellectual imperialism; policy paradigms; United States of America.

Em menos de uma década, o tema da desinformação tomou de assalto o debate acadêmico internacional. Em um curto espaço de tempo, um novo paradigma parece ter emergido para lidar com o assunto. Até 2015 prevalecia a ideia de que as mídias sociais ofereciam um caminho de libertação política para os cidadãos comuns, os quais, agora, poderiam defender publicamente suas agendas no espaço público, sem serem limitados pelas instituições tradicionais. Manifestações do tipo *Occupy* (nos Estados Unidos), Primavera Árabe (em diversos países árabes), entre outras ofereciam um modelo de democracia mais inclusiva e participativa¹. Desde então, essa linha de investigação perdeu espaço para uma outra, que tem no populismo e na desinformação seus temas centrais. Antes celebrada, a participação autônoma e espontânea dos cidadãos na política se tornava motivo de preocupação. Como uma mudança tão radical de perspectiva pode acontecer em um período tão curto? O que ela significa do ponto de vista da natureza do debate acadêmico sobre a desinformação e seu impacto político?

A hipótese de trabalho deste artigo é que mudanças epistemológicas tão radicais, num espaço de tempo tão curto, não são factíveis sem que forças externas ao campo acadêmico as patrocine. Partindo de uma perspectiva crítica sobre os estudos de desinformação, este estudo busca responder três questões: que forças são essas? Como elas atuam? Qual o seu impacto social e político?

Com relação à primeira questão, sugerimos neste artigo que a agenda do debate sobre a desinformação foi estabelecida por uma intrincada rede de agentes institucionais, que envolve desde agentes ligados à estrutura governamental (primariamente dos Estados Unidos, mas também da União Europeia), *think tanks*, instituições financiadoras, ONGs e plataformas. Discutiremos com particular atenção o papel que cinco desses agentes têm desempenhado na construção da agenda da desinformação: (1) First Draft, uma organização sem fins lucrativos, voltada para o estabelecimento de “boas práticas” no combate à desinformação; (2) o “movimento global” de *fact-checking*, institucionalizado internacionalmente pelo Internet Fact-Checking Network (IFCN); (3) a Fundação Knight e seu papel de indução ao surgimento e desenvolvimento de iniciativas de jornalismo não comercial mundo afora; (4) as plataformas de mídias sociais, com destaque para o Google e a Meta (anteriormente Facebook); e, não menos importante, (5) o sistema acadêmico global centrado nos Estados Unidos e (secundariamente) nos demais países do chamado Ocidente. Essa rede opera a partir de uma lógica de imperialismo².

Quanto à segunda questão, propomos que, no tocante à desinformação, a dimensão epistemológica do debate se subordina à lógica dos paradigmas de políticas (*policy paradigms*). Essa lógica subordina o interesse pela produção de conhecimento a um conjunto de interesses práticos e concretos. Trata-se de construir conhecimento para apoiar esforços de transformação da realidade numa determinada direção³. No contexto da globalização neoliberal, as universidades e instituições voltadas para a pesquisa acadêmica têm operado cada vez mais a reboque da lógica dos paradigmas de políticas. O papel do sistema

1. BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

2. BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. On the Cunning of the Imperialist Reason. *Theory, Culture & Society*, Thousand Oaks, v. 16 n. 1, p. 41-58, 1999. DOI: 10.1177/026327699016001003.

3. HALL, Edward A. Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics*, New York, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993. DOI: 10.2307/422246.

universitário nessa lógica é fundamental em dois sentidos: (1) como agente de legitimação “científica” de saberes produzidos por outros agentes; (2) como agente de formação de quadros para atuar no sistema.

Finalmente, na conclusão, o artigo tece algumas considerações sobre o impacto concreto desse sistema. Sustentamos que o debate hegemônico sobre a desinformação favorece uma agenda imperialista a serviço primariamente dos Estados Unidos e, secundariamente, de seus aliados ocidentais. Afinal, é a eles que cabe definir quais informações são confiáveis e quais não são. Dessa forma, esses países podem adicionar um estatuto de verdade factual e legitimidade intelectual a perspectivas do seu interesse. No dossiê que comemora os 30 anos de edição da revista *Comunicação & Educação*, este artigo lança luz sobre uma das dinâmicas que unem a produção do conhecimento acadêmico e o ensino universitário a agendas ditadas por agentes extra-acadêmicos. Essas dinâmicas solapam a autonomia dos pesquisadores e, não menos importante, atentam contra a soberania intelectual da pesquisa em âmbito nacional.

1. OS AGENTES DO DEBATE SOBRE A DESINFORMAÇÃO

O argumento central desta seção é que agentes não acadêmicos têm cumprido um papel de ponta na construção da agenda do debate internacional sobre a desinformação e que as perspectivas hegemônicas desenvolvidas no campo acadêmico se desenvolvem fundamentalmente a reboque deles. No campo da Comunicação, estudos enfatizam o papel que setores militares e da inteligência tiveram no fomento à pesquisa no campo, tendo como grande motivação o desenvolvimento de técnicas de controle da informação em larga escala, desde antes da Segunda Guerra Mundial⁴. Não há, então, nada de realmente novo na atenção dada à desinformação em si mesma. Contudo, dois aspectos distinguem a situação que analisamos aqui em relação às práticas do passado: (1) o tema da desinformação passou a ser associado à ideia de uma “desordem informacional” em escala global; (2) no contexto de um sistema acadêmico internacional centrado nos Estados Unidos, pesquisadores frequentemente apresentam questões de interesse desse país e seus aliados mais próximos como tendo relevância global.

1.1. *First Draft* e o paradigma da desordem informacional

O *First Draft* desempenhou um papel central na configuração do paradigma da “desordem informacional”. O texto “Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking”, escrito pela Diretora Executiva do *First Draft*, Claire Wardle, em colaboração com Hossein Derakhshan, pode ser considerado como a principal matriz conceitual do debate global sobre o tema⁵. O texto é um *policy paper* dirigido ao Conselho Europeu. Seu objetivo manifesto não é simplesmente descrever um fenômeno

4. GLANDER, Timothy. *Origins of Mass Communications Research During the American Cold War*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

5. WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder: toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking*. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Report DGI (2017)09.

contemporâneo, mas definir estratégias para combatê-lo. Mas qual é, exatamente, o problema que o texto denomina “desordem informacional”?

Um ponto fundamental a esse respeito é o caráter fortemente etnocêntrico dessa definição. As duas maiores evidências de que essa desordem informacional ocorre vêm dos eventos que tiveram lugar nos Estados Unidos e no Reino Unido: respectivamente a eleição de Donald Trump para a presidência e o referendo que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia. Eventos ocorridos em outras partes do mundo se tornam versões particulares desses eventos. Ao atribuir exemplaridade aos casos estadunidense e britânico, esse argumento confere a eles o papel de vanguarda a resolução dos problemas.

Ainda mais importante, o texto de Wardle e Derakhshan⁶ se alinha intimamente com os interesses e visão de mundo dos setores militares e de inteligência dos Estados Unidos e seus aliados ocidentais de um modo geral e com a agenda da russofobia em particular. Ao longo do texto, termos como Rússia ou russo aparecem 62 vezes, associados à desinformação, trolls e outros. Fontes tradicionalmente ligadas aos setores militares e de inteligência ocidentais – por exemplo, os *think tanks* Rand Corporation e Atlantic Council – são citados como autoridades inquestionáveis sobre o tema. O debate sobre a desinformação é, portanto, armamentizado (*weaponized*). A guerra contra a desinformação é travada a partir da perspectiva do aparato industrial-militar dos Estados Unidos⁷. Esse alinhamento político explícito do texto não impediu que a Unesco fizesse dele a base do seu manual para treinamento de jornalistas sobre desinformação, disponível em diversas línguas, inclusive português. Em termos concretos, o First Draft atua na organização de consórcios voltados para o combate à desinformação. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

1.2. O “movimento global” do fact-checking

O *fact-checking* ocupa um papel central na agenda do combate à desinformação. As origens do fenômeno remetem a uma iniciativa organizada pela professora Kathleen Hall Jameson no Annenberg Public Policy Center, na Universidade da Pensilvânia. Seguindo a trilha de Walter Lippmann, ela teve um papel decisivo na fundação da agência de fact-checking do mundo, Fact-Check.org, em 2003. Outras agências surgiram nos anos seguintes, sendo as mais importantes a FactChecker e Politifact, ambas criadas em 2007.

O fact-checking se tornou objeto de grande atenção por parte da literatura acadêmica. O estudo pioneiro de Graves merece destaque a esse respeito⁸. Com base em uma observação participante em uma agência de *fact-checking*, O quadro que o livro traça sobre os profissionais à frente dessa atividade é de pessoas motivadas que, contudo, têm consciência do caráter polêmico do trabalho que fazem. Do ponto de vista dos métodos, eles são essencialmente os mesmos adotados no jornalismo usual, com a diferença fundamental de que os *fact-checkers* dispõem de mais tempo para verificarem as informações.

6. Ibidem.

7. BRATICH, Jack. Civil Society Must Be Defended: Misinformation, Moral Panics, and Wars of Restoration. *Communication, Culture & Critique*, Oxford, v. 13, n. 3, p. 311-332, 2020. DOI: 10.1093/ccc/tcz041.

8. GRAVES, Lucas. *Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism*. New York: Columbia University Press, 2016.

Nos últimos anos, a natureza das atividades descritas sob o rótulo *fact-checking* mudou consideravelmente. Um primeiro elemento disso se refere ao movimento de institucionalização do *fact-checking* promovido pela International Fact-Checking Network (IFCN). Estruturada pelo Poynter Institute, a IFCN pretende normatizar um código de ética e de condutas do *fact-checking* e se tornou um padrão de referência que, para todos os fins, certifica as agências de *fact-checking* filiadas como sendo “confiáveis”. Uma crescente literatura tem descrito esse processo de expansão como um “movimento” internacional (Graves; Lauer, 2020)⁹, supostamente espontâneo e orgânico. Contudo, há boas razões para se duvidar desse relato.

Outro aspecto relevante diz respeito à transformação da própria natureza das atividades definidas pelo *fact-checking*. Três mudanças merecem particular destaque aqui: (1) principalmente a partir da pandemia de covid-19, o foco do *fact-checking* se deslocou de discursos políticos para posts veiculados nas mídias sociais¹⁰; (2) o advento do *fact-checking* em tempo real¹¹; (3) o uso de dispositivos de inteligência artificial no trabalho cotidiano das agências de *fact-checking*¹². Essas condições diferem inteiramente daquelas que ofereciam ao *fact-checking* um elemento de distinção em relação ao jornalismo tradicional. Tais mudanças apontam para uma precarização da qualidade do trabalho e das condições profissionais de quem o exerce¹³.

1.3. A Fundação Knight

De modo geral, as fundações têm desempenhado um papel central como agentes indutores de determinadas perspectivas no debate intelectual. Esta seção se concentra no caso da Fundação Knight. Fundada em 1950, por décadas financiou projetos educacionais em cursos universitários de Jornalismo nos Estados Unidos. A partir de 2005, contudo, a Fundação Knight mudou sua abordagem para apoiar novos modelos de negócio no jornalismo, em particular, modelos de jornalismo sem fins lucrativos¹⁴.

Em 2002, a fundação patrocinou a criação do Knight Center for Journalism in the Americas na Universidade do Texas, em Austin, com o objetivo manifesto de “elevar os padrões do jornalismo” em outros países¹⁵. Aqui, vale um parêntese: iniciativas de “promoção da democracia”, “reforma legal” e “assistência midiática” se tornaram elementos centrais da estratégia dos Estados Unidos para exercer influência cultural em outras sociedades, apresentando modelos originados no país como tecnicamente superiores e de aplicabilidade universal. Elas assumem, assim, o caráter de iniciativas de imperialismo cultural¹⁶. Nesse sentido, o papel do Knight Center inclui a formação de quadros de jornalistas estrangeiros por meio de cursos e o fomento a novas iniciativas profissionais, mas vai além. Em sua atuação no estrangeiro, o Knight Center também atuou na indução de organizações profissionais afinadas com seus interesses e visões de mundo. No Brasil, ele contribuiu decisivamente para a formação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

9. GRAVES, Lucas; LAUER, Laurens. From Movement to Institution: The “Global Fact” Summit as a Field-Configuring Event. *Sociologica*, Cagliari, v. 14, n. 2, p. 157-174, 2020. DOI: 10.6092/issn.1971-8853/11154.

10. GRAVES, Lucas; BÉLAIR-GAGNON, Valerie; LARSEN, Rebekah. From Public Reason to Public Health: Professional Implications of the “Debunking Turn” in the Global Fact-Checking Field. *Digital Journalism*, London, 2023. DOI: 10.1080/021670811.2023.2218454.

11. STEENSEN, Steen; KASNES, Bente; WESTLUND, Oscar. The Limits of Live Fact-Checking: Epistemological Consequences of Introducing a Breaking News Logic to a Political Fact-Checking. *New Media & Society*, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1177/14614448231151436.

12. LELO, Thales. Fostering Artificial Intelligence do Face Misinformation: Discourses and Practices of Automated Fact-Checking in Brazil. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1177/10776990231207963.

13. VINHAS, Otávio; BASTOS, Marco T. The WEIRD Governance of Fact-Checking and the Politics of Content Moderation. *New Media and Society*, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1177/14614448231213942.

14. LEWIS, Seth C. ‘From Journalism to Information: The Transformation of the Knight Foundation and News Innovation’. *Mass Communication and Society*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 309-334, 2012. DOI: 10.1080/15205436.2011.611607.

15. ANDERSON, Christopher W. Fake News is not a Virus: On Platforms and Their Effects. *Communication Theory*, Oxford, v. 31, n. 1, p. 42-61, 2021. DOI: 10.1093/ct/ctaa008.

16. BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. On the Cunning... Op. cit. p. 9.

A atuação da Abraji vai além da promoção de políticas de favorecimento ao jornalismo investigativo no país. Recentemente, ela ganhou protagonismo como organização representativa dos jornalistas brasileiros, rivalizando com instituições mais tradicionais, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ainda mais importante, para os fins deste artigo, a Abraji se tornou um hub que congrega organizações jornalísticas brasileiras em torno de projetos traçados nos Estados Unidos. O Projeto Comprova, um pool de organizações montado com o objetivo de combater a desinformação é, provavelmente, a iniciativa mais importante nesse sentido. Voltaremos a ela mais adiante.

1.4. Plataformas de mídias sociais

As plataformas de mídias sociais se destacam no conjunto de agentes que apresentamos aqui por dois motivos: (1) o seu poder econômico e político é incomensuravelmente maior do que os demais que compõem a nossa lista; e (2) a sua posição frente ao problema da desinformação é fundamentalmente ambígua. Por um lado, as mídias sociais têm sido recorrentemente acusadas de promover a desinformação e a radicalização da política por meio dos seus algoritmos¹⁷; por outro, elas financiam com vultuosos recursos projetos de combate à desinformação¹⁸. A ambiguidade, aqui, não sinaliza para uma contradição, mas, ao contrário, para uma complementaridade entre opostos.

Para entender como isso ocorre é preciso considerar um terceiro aspecto do problema: a centralidade que as mídias sociais assumiram em diversos aspectos da vida social. A capacidade das plataformas de lucrar a partir de conteúdos produzidos por outrem se tornou particularmente prejudicial para as mídias tradicionais, que viram boa parte da sua receita publicitária se esvaír nesse novo cenário. Por outro lado, plataformas como o Facebook e o YouTube se tornaram veículos impulsionadores de conteúdo extremista, que produzem grande engajamento e, portanto, lucros.

O imenso impacto político das plataformas, a precarização econômica, o caráter de caixa preta do seu *modus operandi* e o cenário adverso à manutenção de práticas profissionais rigorosas levaram a que, em diferentes países, legisladores tenham buscado estabelecer limites para a atuação das plataformas e estabelecer as bases de uma compensação financeira para a mídia tradicional. Contudo, as plataformas se demonstraram capazes de reverter esse desafio a favor dos seus próprios interesses. Elas definiram a contrapartida que lhes caberia dar em seus próprios termos e reivindicaram para si o papel de agentes indutores de uma maior qualificação do jornalismo¹⁹. Duas iniciativas se destacaram a esse respeito: o Google News Initiative (GNI), e o Facebook (agora Meta) Journalism Project (MJP). Elas têm servido como financiadores

17. SANTINI, Rose Marie; SALLES, Débora; MATTOS, Bruno. Recommending instead of taking down: Youtube hyperpartisan content promotion amid the Brazilian general elections. *Policy & Internet*, New York, v. 15, n. 4, p. 512-527, 2023. DOI: 10.1002/poi3.380.

18. ANDERSON, Christopher W. Fake News... Op. cit.

19. Ibidem.

fundamentais para inúmeros projetos jornalísticos mundo afora. Merece destaque o fato de que o Brasil é o segundo maior destino dos investimentos do GNI²⁰. Os recursos ilimitados de que dispõem as plataformas no mundo atual lhes permite influenciar também a pesquisa acadêmica sobre elas mesmas, seja por meio de recursos financeiros ou pela criação de condições mais favoráveis de pesquisa por intermédio de instrumentos que dão aos pesquisadores acesso a dados que usuários comuns não teriam.

1.5. O sistema acadêmico global

Somente após mencionarmos os outros quatro agentes, mencionamos o papel que o meio acadêmico desempenha no debate sobre o combate à desinformação. Nas últimas décadas, a progressiva aplicação dos princípios do capitalismo acadêmico corroeu a autonomia do ensino e da pesquisa acadêmicos, na medida em que o campo foi crescentemente submetido à lógica do mercado. O corolário da necessidade de pesquisadores e instituições acadêmicas de buscarem financiamento para as suas pesquisas é a perda de autonomia para determinar a agenda da sua investigação.

Um segundo aspecto diz respeito ao advento de um sistema de rankings que submete a pesquisa acadêmica a uma lógica de índices e métricas de sucesso. Um bom desempenho nesse quesito é condição *sine qua non* para a obtenção de recursos para a pesquisa. Tais índices e métricas não são, contudo, produzidos de forma transparente e tampouco estabelecem as bases para uma distribuição equilibrada da pesquisa em termos globais. Ao contrário, eles criam um ambiente altamente favorável para a legitimação de ideias oriundas dos Estados Unidos e outros países ocidentais (com destaque para os anglófonos), cujas instituições (universidades, periódicos e as próprias instituições que produzem esses rankings) ocupam o centro desse sistema. Para todos os fins, apenas uma ínfima porção dos periódicos internacionais, quase todos anglófonos, adquirem o status de veículos de caráter global. Esses periódicos têm seus corpos editoriais dominados por pesquisadores dos Estados Unidos e, secundariamente, outros países ocidentais²¹.

Esse sistema se transforma, assim, em um poderoso instrumento de conformidade ideológica em escala global. Isso acontece de dois modos. Por um lado, o sistema obriga pesquisadores de outras partes do mundo a definirem suas próprias pesquisas em referência ao estado da arte da pesquisa ocidental se quiserem publicar nas revistas de prestígio. Pelo outro, o prestígio que o sistema garante às instituições universitárias dos países centrais faz delas espaço de formação das elites dos países periféricos que, desse modo, tendem a reproduzir e naturalizar perspectivas estrangeiras. Neste artigo sugerimos que algo semelhante ocorre em relação à agenda da desordem informacional.

20. PAPAÉVANGÉLOU, Charis. Funding intermediaries: Google and Facebook's strategy to capture journalism. *Digital Journalism*, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1080/21670811.2022.2155206.

21. ALBUQUERQUE, Afonso de; OLIVEIRA, Thaiane Moreira; SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves; ALBUQUERQUE, Sofia Oliveira Firme de. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. *Communication, Culture & Critique*, Oxford, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020. DOI: 10.1093/cc/cxaa015.

2. A AGENDA DO COMBATE À DESINFORMAÇÃO COMO PARADIGMA DE POLÍTICAS

Apresentados os principais personagens do debate sobre o combate à desinformação, o próximo passo é entender como eles atuam de modo concreto. O principal aspecto de que buscamos dar conta nesta seção é: como um novo paradigma emergiu e se consolidou, com premissas amplamente compartilhadas e um enorme volume de produção acadêmica, em um espaço de tempo tão curto? A hipótese que desenvolvemos aqui é que isso ocorre porque não se trata de um paradigma científico, mas um paradigma de políticas.

Paradigmas de políticas influenciam sobremaneira a reflexão desenvolvida no seio das universidades e instituições de pesquisa acadêmicas. Nesse contexto, os pesquisadores desenvolvem suas pesquisas com base em conceitos desenvolvidos por instituições que se orientam por agendas práticas. Muitas vezes, tais conceitos são adotados de forma acrítica. O Banco Mundial tem sido um dos principais atores à frente desse processo, responsável pela criação de conceitos como *Rule of Law*, governança (governance) e pela definição de corrupção como dizendo respeito ao abuso privado de bens públicos. O conceito de governança é exemplar, nesse sentido. Num intervalo de poucos anos, o conceito se tornou no debate sobre políticas públicas a despeito do fato de que, mesmo aqueles que o empregam enfatizarem seu caráter vago e impreciso²². Do ponto de vista de um conceito descritivo, tal característica seria por certo problemática. Na lógica dos paradigmas de políticas, isso não ocorre. Ao contrário, uma certa plasticidade conceitual permite que eles sejam aplicados em circunstâncias concretas a situações diferentes sem maiores problemas.

A agenda do combate à desinformação ilustra esse princípio de maneira eloquente. De fato, o combate à desinformação tem sido apresentado, ele mesmo, como um tópico de governança global, que mobiliza uma lógica de ação multiusuários. Os agentes discutidos na seção anterior desempenham um papel central nessa dinâmica. Novamente, é conveniente começar pelo papel desempenhado pelo First Draft. Não somente a instituição foi responsável por formular conceitualmente a agenda do combate à desinformação, mas também (e ainda mais importante) exerceu um papel fundamental na sua estruturação como campo de políticas públicas concretas. O First Draft atuou sistematicamente como agente organizador de coalizões que reúnem agentes diversos: veículos jornalísticos, universidades, plataformas e organizações da sociedade civil, além de (embora não mencionados por ele) agências governamentais (principalmente dos Estados Unidos) dedicadas a combater a desinformação.

A retórica da “desordem informacional” justifica tal coalizão, visto que aponta para uma emergência mundial que, para ser enfrentada, dependeria do engajamento dos setores responsáveis da sociedade em todo o mundo. Contudo, essa retórica esconde uma outra agenda, que diz respeito à ambição de estabelecer um monopólio cognitivo do debate público global, por meio do poder de distinguir informação de desinformação. Como vimos, o First Draft

22. ALBUQUERQUE, Afonso de; MATOS, Lucineide Magalhães de. Media Governance and Fake News in Brazil. In: GANTER, Sarah Ann; BADR, Hanan (ed.). *Media Governance: a Cosmopolitan Critique*. London: Palgrave Macmillan, 2022.

se alinha fortemente às perspectivas do aparato industrial-militar dos Estados Unidos, tanto no que diz respeito à identificação dos responsáveis por disseminar desinformação, como daqueles a quem cabe combatê-los. Em muitos aspectos, sua lógica de atuação ecoa modelos herdados da Guerra Fria.

O First Draft atua como indutor de coalizões multiusuários em escala global. Em fevereiro de 2017, desenvolveu a iniciativa CrossCheck, que unia organizações tecnológicas e jornalísticas em um processo de checagem de fatos na França e Reino Unido. Em 2018, o First Draft exportou esse modelo para o Brasil, sob o nome de Projeto Comprova. A Abraji – ela própria, como vimos, uma organização brasileira induzida a partir dos Estados Unidos – recebeu a incumbência de liderar o processo.

Não menos importante é o papel exercido nesse arranjo pelas plataformas de mídias sociais, com destaque para a Google (GNI) e a Meta (MJP). De fato, o GNI é um dos patrocinadores originais do First Draft. Para as plataformas, o engajamento em iniciativas de combate à desinformação atende a múltiplos interesses. Em primeiro lugar, isso permite às plataformas rebater as acusações de que são agentes responsáveis pela difusão de desinformação. Em segundo lugar, as plataformas podem controlar as iniciativas de combate à desinformação, garantindo que elas não afetem seus interesses. Em terceiro lugar, essas iniciativas oferecem às plataformas um instrumento de barganha para lidar com os esforços regulatórios conduzidos por governos nacionais. Finalmente, essa iniciativa permite às plataformas inibirem o desenvolvimento de investigações do fenômeno que escapem ao seu controle, seja no plano das políticas públicas ou da pesquisa acadêmica.

Iniciativas de “transparência” controlada permitem às plataformas preservar o poder que resulta do caráter de caixa preta dos seus algoritmos. De fato, elas têm demonstrado uma imensa capacidade de reverter a seu próprio favor situações que pareceriam desfavoráveis. Por exemplo, no rescaldo do escândalo da Cambridge Analytica, o Facebook e o Twitter limitaram drasticamente o acesso dos pesquisadores a suas APIs²³. Ao mesmo tempo, o Facebook ofereceu aos pesquisadores a sua própria ferramenta de pesquisa sobre mídias sociais: o CrowdTangle. Nessa lógica, a censura corporativa assume ares de “governança da desinformação” e “responsabilidade social”. Ao lado disso, as plataformas exercem um imenso poder na medida em que financiam, com vultuosos recursos, tanto pesquisas acadêmicas e iniciativas concretas de “combate à desinformação”, quanto iniciativas de “jornalismo responsável”²⁴.

As fundações são outra peça fundamental desse sistema. Em particular, a Fundação Knight exerce o papel de mediar a relação entre o meio acadêmico e o campo profissional²⁵. Desse modo, ela ajuda a legitimar como acadêmico um projeto epistemológico de paradigma de políticas e, de resto, forma quadros qualificados para implementá-lo. Especificamente no que diz respeito ao Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, notamos uma convergência interessante entre a agenda da pesquisa que ele promove e essa agenda prática. Trabalhos recentemente publicados por pesquisadores do grupo têm demonstrado uma

23. BRUNS, Axel. 2019. After the 'APocalypse': social media platforms and their fight against critical scholarly research, *Information, Communication & Society*, London, v. 22, n. 11, p. 1544-1566, 2019. DOI: 10.1080/1369118X.2019.1637447.

24. CAMARGO, Camila Acosta; NONATO, Claudia, PACHI FILHO, Fernando Felício; LELO, Thales Vilela. Jornalismo financiado por plataformas: análise dos apoios concedidos aos arranjos alternativos às corporações de mídia. *E-Compós*, Brasília, DF, v. 26, Id 2821, 2023. DOI: 10.30962/ec.2821.

25. LEWIS, Seth C. From Journalism ... Op. cit.

crescente ênfase no chamado “jornalismo empreendedor”²⁶ – em última análise financiado por fundações e plataformas – como modelo para o futuro do jornalismo. Ocorre que esse modelo de jornalismo é fundamentalmente precário e, portanto, dependente dos recursos de seus financiadores.

A lógica da precariedade também ajuda a entender o papel que as agências de *fact-checking* desempenham nesse sistema. O modo de atuação dessas agências mudou dramaticamente em poucos anos. Por um lado, a autoridade a elas atribuída aumentou exponencialmente. Suas classificações assumem um papel normativo, de modo que agentes acusados de distribuir desinformação se tornam passíveis de punição²⁷. Por outro lado, as condições de trabalho das agências se tornaram mais precárias e, portanto, menos aptas a produzir resultados confiáveis. Especialmente em países do mundo majoritário, tais agências contam com orçamentos limitados, equipes reduzidas e uma grande carga de trabalho, resultante dos processos de checagem mais rápidos sobre conteúdo publicado nas mídias sociais. Para tal, os profissionais do campo contam cada vez mais com auxílio de ferramentas de inteligência artificial, muitos deles proporcionados pelas próprias plataformas.

3. O IMPACTO POLÍTICO DA AGENDA DA DESORDEM INFORMACIONAL

Em menos de uma década, um novo paradigma emergiu praticamente do zero e dominou a pesquisa acadêmica de comunicação. Sua premissa é que o mundo enfrenta atualmente uma desordem informacional, caracterizada por amplas oportunidades para a distribuição de desinformação. Para lidar com o fenômeno, seria necessário construir amplos consórcios, envolvendo organizações midiáticas e de *fact-checking*, plataformas, fundações e, embora não explicitamente, mas forte nas entrelinhas, organizações relacionadas ao aparato industrial-militar dos Estados Unidos e seus aliados (Rand Corporation, Atlantic Council, entre outros)²⁸. Nas seções anteriores, discutimos evidências de que esse não é um paradigma acadêmico, mas um paradigma de políticas. Ele serve primariamente a um esforço de transformar a realidade, não simplesmente de descrevê-la. Mas de que projeto de transformação estamos falando? Qual o seu impacto sobre a agenda da pesquisa acadêmica? Como devemos nos posicionar frente a ele?

Indo direto ao ponto, o paradigma da “desordem informacional” está a serviço de um esforço de construção de um monopólio sobre a verdade nas mãos de um conjunto limitado de agentes com escopo de atuação transnacional²⁹. Em linhas gerais, esse esforço constitui uma inflexão particular de uma agenda mais ampla de “promoção da democracia”. Até poucos anos antes, a ideia de promoção da democracia esteve ligada ao potencial da internet de alimentar o dissenso político e de permitir aos indivíduos exporem seus pontos de vista para além das instituições políticas³⁰. No novo modelo, as plataformas de mídias

26. HIGGINS JOYCE, Vanessa de Macedo. Independent voices of entrepreneurial news: Setting a new agenda in Latin America. *Palabra Clave*, Bogotá, v. 21, n. 3, p. 710-739, 2018. DOI: 10.5294/pacla.2018.21.3.4.

27. ALBUQUERQUE, Afonso de. O Ministério da Verdade Corporativa, *Eptic*, São Cristóvão, v. 23 n. 1, p. 123-140, 2021.

28. Como ilustrado em WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information... Op. cit.

29. ALBUQUERQUE, Afonso de. O Ministério... Op. cit.

30. BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic... Op. cit.

sociais continuavam a servir propósitos de desestabilização política, mas agora isso fazia delas uma ameaça. Mudam as agendas, mas o lugar autorizado a enunciá-las permanece, em boa medida, o mesmo.

Mudanças tão radicais de perspectiva em um intervalo de tempo tão curto evidenciam dois problemas principais. O primeiro deles se refere à falta de autonomia do meio acadêmico para definir suas agendas de pesquisa. No tocante ao debate sobre a desinformação, os pesquisadores acadêmicos operam como definidores secundários, reproduzindo acriticamente premissas que já vêm prontas: por exemplo, a noção de que o mundo atravessa hoje uma “desordem informacional”, a ideia de que inimigos do *establishment* estadunidense são os principais responsáveis por ela, a premissa de que mecanismos corretivos como o *fact-checking* oferecem uma solução eficiente para o problema. Isso não ocorre por acaso. O paradigma da “desordem informacional” é impulsionado por generosos financiamentos providos principalmente por fundações e plataformas. Um segundo recurso empregado na promoção desse paradigma é a construção de uma rede com múltiplos agentes especializados, tais como os descritos nesse artigo. Nessas circunstâncias, o meio acadêmico desempenha um duplo papel: (1) legitimar como paradigma epistemológico o que é, primariamente, um paradigma de políticas; e (2) formar quadros que operem esse paradigma e lhe deem eficácia concreta.

O segundo problema diz respeito à soberania nacional. A agenda do combate à desinformação é armamentizada³¹ e oferece aos Estados Unidos e seus aliados meios para interferir nos assuntos internos de outros países, sob o pretexto de combater um “mal maior”. Alguns aspectos dessa perda de soberania são mais evidentes que outros. Um caso notório diz respeito à dificuldade que diversos países desempenham em regulamentar a atividade das plataformas de mídias sociais em seus próprios territórios. Outros, porém, ocorrem de modo mais insidioso: seu objetivo é solapar as bases da soberania intelectual dos outros países.

Uma dimensão importante, mas pouco problematizada desse fenômeno diz respeito a iniciativas educacionais conduzidas por atores relacionados ao paradigma da desordem informacional em diversos países. Por vezes, eles assumem um caráter de cursos de “aperfeiçoamento” ou “atualização”, como os promovidos pela Abraji, em parceria com o Centro Knight para o Jornalismo para as Américas. Em termos concretos, a consequência da difusão desse tipo de curso é, pelo menos em alguma medida, substituir as universidades brasileiras como espaço qualificado de formação da mão de obra jornalística no país. A Abraji também colabora diretamente com cursos de educação midiática promovidos pela embaixada e consulados dos Estados Unidos. Um exemplo ainda mais expressivo diz respeito à colaboração entre a Universidade do Vale do Sinos (Unisinos) e a agência de *fact-checking* brasileira Lupa. Menos de um ano depois de fechar um programa de pós-graduação que havia recebido grau máximo na avaliação da Capes (7)³², a Unisinos abriu um curso de pós-graduação em Educação Midiática com a Lupa³³.

31. BRATICH, Jack. Civil Society... Op. cit.

32. Em julho de 2022, a Unisinos anunciou o fechamento de 12 cursos de pós-graduação, alegando problemas financeiros. Dentre eles se encontrava o PPG em Ciências da Comunicação que, naquele mesmo ano, havia alcançado a nota 7, grau máximo na avaliação da Capes.

33. LUPA E UNISINOS lançam pós-graduação focada em Educação Midiática. Lupa, Rio de Janeiro, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/educacao/2023/02/03/lupa-e-unisinos-lancam-pos-graduacao-focada-em-educacao-midiatica>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Como lidar com esse problema? O primeiro passo é reconhecer que o debate sobre a desinformação é pautado por uma lógica de imperialismo intelectual, que estabelece instituições estrangeiras (dos Estados Unidos, em primeiro lugar) como matriz da formulação de agendas de pesquisa, e subordina o interesse epistêmico ao político. A autoridade para definir o que é desinformação e quais os meios adequados para combatê-la dá a esses agentes um poder extraordinário para moldar consensos num plano transnacional. Por outro lado, os países que importam essa agenda se põem a reboque do interesse alheio, incapazes de definir com autonomia seus próprios destinos.

O passo seguinte é desafiar o poder monopolista de definir o que é desinformação, a partir de uma crítica que considere tanto os enunciados hegemônicos quanto os processos que garantem a eles autoridade paradigmática. É preciso, então, estabelecer circuitos alternativos para o debate sobre a questão da desinformação, capazes de promover reflexões a partir de experiências diferentes daquelas que, hoje, são hegemônicas em escala global. Em termos gerais, a crescente importância assumida pelo grupo Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) pode ajudar a viabilizar uma reestruturação do circuito acadêmico internacional, tornando-o mais diversificado³⁴. Um exemplo desse tipo de iniciativa é fornecido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI). Reunindo pesquisadores sediados em diversas universidades no Brasil e no exterior, ele tem como objetivo primordial construir um centro de reflexão com a capacidade de oferecer perspectivas alternativas àquela hegemônica. A multiplicação de centros de pesquisa independentes é um passo crucial para resgatar o papel (plural) do meio acadêmico no debate sobre a desinformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. O Ministério da Verdade Corporativa, **Eptic**, São Cristóvão, v. 23 n. 1, p. 123-140, 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de; MATOS, Lucineide Magalhães de. Media Governance and Fake News in Brazil. *In*: GANTER, Sarah Ann; BADR, Hanan (ed.). **Media Governance: a Cosmopolitan Critique**. London: Palgrave Macmillan, 2022.

ALBUQUERQUE, Afonso de; OLIVEIRA, Thaianne Moreira; SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves; ALBUQUERQUE, Sofia Oliveira Firmo de. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. **Communication, Culture & Critique**, Oxford, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020. DOI : 10.1093/ccc/tcaa015.

ANDERSON, Christopher W. Fake News is not a Virus: On Platforms and Their Effects. **Communication Theory**, Oxford, v. 31, n. 1, p. 42-61, 2021. DOI: 10.1093/ct/qtaa008.

34. COMEL, Naiza; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; COSTA, Luiz Otávio Prendin; KOBLS, Chirlei; ORSO, Maíra. Who navigates the "elite" of communication journals? The participation of BRICS universities in top-ranked publications. **Online Media and Global Communication**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 497-543, 2023. DOI: 10.1515/omgc-2023-0052.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. On the Cunning of the Imperialist Reason. **Theory, Culture & Society**, Thousand Oaks, v. 16 n. 1, p. 41-58, 1999. DOI: 10.1177/026327699016001003.

BRATICH, Jack. Civil Society Must Be Defended: Misinformation, Moral Panics, and Wars of Restoration. **Communication, Culture & Critique**, Oxford, v. 13, n. 3, p. 311-332, 2020. DOI: 10.1093/ccc/tcz041.

BRUNS, Axel. 2019. After the ‘APicalypse’: social media platforms and their fight against critical scholarly research, **Information, Communication & Society**, London, v. 22, n. 11, p. 1544-1566, 2019. DOI: 10.1080/1369118X.2019.1637447.

CAMARGO, Camila Acosta; NONATO, Claudia, PACHI FILHO, Fernando Felício; LELO, Thales Vilela. Jornalismo financiado por plataformas: análise dos apoios concedidos aos arranjos alternativos às corporações de mídia. **E-Compós**, Brasília, DF, v. 26, Id 2821, 2023. DOI: 10.30962/ec.2821.

COMEL, Naiza; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; COSTA, Luiz Otávio Prendin; KOBLS, Chirlei; ORSO, Máira. Who navigates the “elite” of communication journals? The participation of BRICS universities in top-ranked publications. **Online Media and Global Communication**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 497-543, 2023. DOI: 10.1515/omgc-2023-0052.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. **The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

GLANDER, Timothy. **Origins of Mass Communications Research During the American Cold War**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

GRAVES, Lucas. **Deciding What’s True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

GRAVES, Lucas; BÉLAIR-GAGNON, Valerie; LARSEN, Rebekah. From Public Reason to Public Health: Professional Implications of the “Debunking Turn” in the Global Fact-Checking Field. **Digital Journalism**, London. 2023. DOI: 10.1080/21670811.2023.2218454.

GRAVES, Lucas; LAUER, Laurens. From Movement to Institution: The “Global Fact” Summit as a Field-Configuring Event. **Sociologica**, Cagliari, v. 14, n. 2, p. 157-174, 2020. DOI: 10.6092/issn.1971-8853/11154.

HALL, Edward A. Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain. **Comparative Politics**, New York, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993. DOI: 10.2307/422246.

HIGGINS JOYCE, Vanessa de Macedo. Independent voices of entrepreneurial news: Setting a new agenda in Latin America. **Palabra Clave**, Bogotá, v. 21, n. 3, p. 710-739, 2018. DOI: 10.5294/pacla.2018.21.3.4.

JURNO, Amanda Chevtchouk; D'ANDREA, Carlos. 'Between Partnerships, Infrastructures and Products: Facebook Journalism Project and the Platformization of Journalism'. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 3, p. 502-525, 2020. DOI: 10.25200/BJR.v16n3.2021.1306.

LELO, Thales. Fostering Artificial Intelligence do Face Misinformation: Discourses and Practices of Automated Fact-Checking in Brazil. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1177/10776990231207963.

LEWIS, Seth C. 'From Journalism to Information: The Transformation of the Knight Foundation and News Innovation'. **Mass Communication and Society**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 309-334, 2012. DOI: 10.1080/15205436.2011.611607.

LUPA E UNISINOS lançam pós-graduação focada em Educação Midiática. **Lupa**, Rio de Janeiro, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/educacao/2023/02/03/lupa-e-unisinos-lancam-pos-graduacao-focada-em-educacao-midiatica>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PAPAEVANGELOU, Charis. Funding intermediaries: Google and Facebook's strategy to capture journalism. **Digital Journalism**, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1080/21670811.2022.2155206.

SANTINI, Rose Marie; SALLES, Débora; MATTOS, Bruno. Recommending instead of taking down: Youtube hyperpartisan content promotion amid the Brazilian general elections. **Policy & Internet**, New York, v. 15, n. 4, p. 512-527, 2023. DOI: 10.1002/poi3.380.

SEYBOLD, Peter. The Ford Foundation and the Triumph of Behavioralism in American Political Science. *In*: ARNOVE, Robert F. (ed.). **Philanthropy and Cultural Imperialism: The Foundation at Home and Abroad**. Boston: G.K. Hall, 1980.

SLAUGHTER, Sheila; RHOADES, Gary. **Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State and Higher Education**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

STEENSEN, Steen; KASNES, Bente; WESTLUND, Oscar. The Limits of Live Fact-Checking: Epistemological Consequences of Introducing a Breaking News Logic to a Political Fact-Checking. **New Media & Society**, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1177/14614448231151436.

VINHAS, Otávio; BASTOS, Marco T. Fact-Checking Misinformation: Eight Notes on Consensus Reality. **Journalism Studies**, Thousand Oaks, v. 23, n. 4, p. 448-468. 2022. DOI: 10.1080/1461670X.2022.2031259.

VINHAS, Otávio; BASTOS, Marco T. The WEIRD Governance of Fact-Checking and the Politics of Content Moderation **New Media and Society**, Thousand Oaks, 2023. DOI: 10.1177/14614448231213942.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Report DGI (2017)09.

